



PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE OS OBSTÁCULOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR

TEACHER PERCEPTIONS ABOUT THE OBSTACLES OF INCLUSIVE EDUCATION IN REGULAR EDUCATION

DOI: 10.5281/zenodo.11034233

Ediléia Santana Lima¹

RESUMO

Os estudantes de Educação Especial possuem características e necessidades individualizadas e específicas, que se diferenciam dos demais alunos da educação regular. Esses estudantes necessitam de recursos pedagógicos e métodos de ensino adaptados para facilitar seu processo de aprendizagem. O objetivo principal deste estudo é examinar os desafios mais significativos enfrentados pela educação inclusiva em escolas regulares, sob a perspectiva dos professores envolvidos. A pesquisa adotou uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa. Quanto à população e amostra, 20 professores do ensino fundamental de uma escola pública em Jacobina foram selecionados para responder a questionários e participar de entrevistas sobre suas experiências com inclusão. Em conclusão, a inclusão se tornará uma parte integrante do ensino regular somente se for percebida como benéfica para todos os membros da comunidade escolar. Isso acontecerá quando a inclusão for verdadeiramente compreendida e adotada por todos, tornando-se uma prática de troca e partilha de conhecimento, contribuindo para o enriquecimento mútuo entre alunos e professores.

Palavra-chave: Educação Inclusiva. Ensino Regular. Inclusão.

ABSTRACT

1 Esta publicação é um recorte da tese do Programa em Ciências da Educação da Universidad del Norte (Uninorte).



Special Education students have individualized and specific characteristics and needs, which differ from other regular education students. These current students have pedagogical resources and teaching methods adapted to facilitate their learning process. The main objective of this study is to examine the challenges most faced by inclusive education in regular schools, from the perspective of the teachers involved. The research carried out a mixed, qualitative and quantitative approach. As for the population and sample, 20 elementary school teachers from a public school in Jacobina were selected to answer questionnaires and participate in interviews about their experiences with inclusion. In conclusion, inclusion will become an integral part of mainstream education only if it is perceived as beneficial to all members of the school community. This happens when inclusion is truly covered and applied by everyone, becoming a practice of exchanging and sharing knowledge, contributing to mutual enrichment between students and teachers.

Keyword: Inclusive Education. Regular education. Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional regular do Brasil é um tema crucial e amplamente debatido nas últimas décadas. Tradicionalmente, a discussão sobre esse assunto emergiu de experiências pontuais ou foi limitada a debates em congressos e alguns estudos acadêmicos. Atualmente, essa questão é parte de uma política de intervenção apoiada por legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

É importante ressaltar que a Educação Especial no Brasil está integrada em diferentes níveis do sistema educacional, abrangendo desde a educação infantil até o ensino médio e, inclusive, o ensino superior.

Os estudantes de Educação Especial possuem características e necessidades individualizadas e específicas, que se diferenciam dos demais alunos da educação regular. Esses estudantes necessitam de recursos pedagógicos e métodos de ensino adaptados para facilitar seu processo de aprendizagem. As deficiências são categorizadas em físicas,



sensoriais e mentais. No Brasil, a classificação segue a orientação da Política Nacional de Educação Especial, que inclui deficiências físicas, auditivas, visuais, mentais e múltiplas.

A Constituição Brasileira, em seu artigo 208, inciso III, determina o direito ao atendimento educacional especializado para pessoas com deficiências, preferencialmente dentro do sistema regular de ensino. Além disso, a Política Nacional de Educação Especial define como uma de suas diretrizes o suporte ao sistema regular de ensino na inclusão desses alunos, com prioridade de financiamento para projetos que promovam essa integração. Essa política foi reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

O objetivo principal deste estudo é examinar os desafios mais significativos enfrentados pela educação inclusiva em escolas regulares, sob a perspectiva dos professores envolvidos.

2. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação no Brasil foi profundamente influenciada pelo pensamento liberal desde o período do Império, que propôs um método educacional racional baseado no estudo detalhado do desenvolvimento mental humano. Essa abordagem foi primeiramente articulada e disseminada por intelectuais nacionais, que viam a educação como um veículo essencial para o "progresso natural" da sociedade, uma ideia que se alinhava com a noção de um progresso universal e necessário. Neste contexto, foram estabelecidas instituições que, embora inicialmente não focadas estritamente em educação, começaram a incorporar práticas educacionais e médico-pedagógicas para crianças com deficiências. Um exemplo



foi o Hospital Estadual de Salvador, fundado em 1874, que mais tarde se tornou o Hospital Juliano Moreira (PIRES, 2006).

Com o tempo, surgiram iniciativas focadas especificamente na educação especial, como a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e do Imperial Instituto de Surdos-mudos em meados do século XIX. No entanto, durante a maior parte do século XX, o Brasil não demonstrou um comprometimento estatal significativo com a educação especial. Em vez disso, a responsabilidade foi predominantemente assumida por instituições privadas de caráter assistencial, como evidenciado pela criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, em 1954 (SOUZA, ROMERO, 2014).

A legislação brasileira só começou a formalizar o compromisso com a educação especial na década de 1960, com a lei 4.024/61. Dados de 1981 mostram que a maioria dos serviços especializados ainda era oferecida por instituições privadas (CAMPOS, 2003). Durante as décadas de 70 e 80, sob a influência de organizações privadas, foram criados centros como o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), reforçando a liderança do setor privado na educação especial (PISTINIZI, 2010).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, ocorreu uma transformação significativa. Estes documentos asseguraram uma maior inclusão dos deficientes na rede pública de ensino e promoveram uma maior participação da sociedade civil. A Lei de Diretrizes e Bases ampliou o acesso e a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, exigindo infraestrutura apropriada e pessoal capacitado para atender às suas necessidades (UNESCO, 2005).

Essa evolução legislativa e institucional reflete um crescente reconhecimento da necessidade de integrar todos os alunos, independentemente de suas limitações, no sistema educacional regular. A inclusão efetiva passou a ser vista não apenas como uma questão de



acesso, mas também de qualidade educacional, buscando garantir que todos os estudantes, com ou sem deficiências, recebam uma educação que respeite suas peculiaridades e promova sua máxima autonomia na sociedade.

3. INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO DO DEFICIENTE

Norwich (2002) destaca a importância da flexibilidade no ensino e aprendizagem para facilitar a inclusão efetiva, minimizando os impactos negativos que podem fazer com que indivíduos com diferenças se sintam deslocados em classes regulares. Figueiredo (2002) argumenta que a inserção de alunos com deficiências em escolas regulares que ainda mantêm paradigmas ultrapassados pode resultar em um ambiente excludente e impedir uma aprendizagem satisfatória. Ele defende que a inclusão deveria transformar a estrutura educacional, desconstruindo práticas segregacionistas e questionando valores obsoletos.

Diversos estudos, como os de Martins (1999), Jusevicius (2002) e Tesini e Manzini (1999), mostram que a compreensão da inclusão ainda não é clara entre os educadores, que muitas vezes exibem discursos contraditórios sobre o tema. Segundo Petean e Borges (2003), existe um consenso de que professores do ensino regular frequentemente carecem de preparo teórico e metodológico para engajar na inclusão escolar efetivamente.

A integração de estudantes com deficiência na educação regular oferece a esses alunos experiências valiosas sobre a diversidade das capacidades humanas, inserindo-os em um contexto realista. Honfe (2012) salienta a necessidade de uma reciprocidade na integração, que deve facilitar tanto a adaptação social dos indivíduos com deficiência quanto a inclusão efetiva de todos os alunos para superar preconceitos.



Mantoan (2000) discute conceitos de integração escolar, como o "mainstreaming", que propõe a inclusão de todos os alunos no fluxo educacional regular, desafiando as políticas e a organização tanto da educação especial quanto da regular. Uma escola verdadeiramente inclusiva deve adaptar sua organização e recursos para atender à diversidade de necessidades dos alunos, o que requer uma constante avaliação e adaptação das estruturas organizacionais e educacionais para responder dinamicamente às necessidades variadas.

Essa abordagem integrativa e dinâmica é essencial não apenas para a adequação da escola às necessidades dos alunos, mas também para a eficácia do trabalho das equipes administrativas e pedagógicas. O desafio da inclusão, portanto, ressalta a necessidade urgente de formação contínua dos professores para equipá-los melhor para enfrentar a complexidade da educação inclusiva.

4. PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Em 2008, o Ministério da Educação do Brasil lançou a "Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva", que tem como foco principal reestruturar o sistema educacional para promover a inclusão. Este documento define a Educação Especial como uma modalidade que abrange todos os níveis e etapas educacionais, proporcionando atendimento especializado com recursos e serviços adequados para facilitar o processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2008).

Essa política incentiva uma reorganização educacional que transcenda os métodos tradicionais e excludentes, promovendo uma nova visão sobre a diversidade e a docência. Giroto, Poker e Omote (2012) destacam que isso implica uma transformação profunda na



formação de professores, que devem ser preparados para valorizar a diversidade e abandonar práticas seletivas e discriminatórias.

A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 detalha as responsabilidades dos educadores no Atendimento Educacional Especializado (AEE), incluindo a identificação e organização de recursos pedagógicos acessíveis e estratégias inclusivas. Essas atribuições abrangem desde a elaboração de planos de atendimento até a colaboração com outros profissionais para garantir a inclusão efetiva dos alunos em todos os ambientes escolares (BRASIL, 2009).

Carvalho (2004) ressalta que, apesar do suporte legal para a inclusão, as leis por si só não garantem sua efetividade sem a implementação prática que respeite e promova os direitos humanos. Isso inclui a necessidade de ações políticas, administrativas e financeiras que sustentem a educação inclusiva.

Mantoan (2003) sugere que o fortalecimento da confiança dos professores é essencial para o sucesso da inclusão. É vital que eles se vejam como agentes capazes de quebrar barreiras à desigualdade, através de sua participação contínua em formações que discutam e promovam estratégias educacionais inclusivas. Além disso, é importante que todos os envolvidos na educação inclusiva, incluindo famílias e amigos, estejam ativamente engajados e informados sobre o processo, contribuindo para um ambiente de aprendizado acolhedor e eficaz.

5. METODOLOGIA

A pesquisa começou com uma fase preliminar de justificativa, formulação do problema e definição de objetivos, a partir dos quais o tema central foi extraído e as variáveis relevantes identificadas para análise.



De acordo com Lakatos (2008), a pesquisa envolve procurar respostas para questões propostas, e é fundamentada pela relevância social e científica, como destacado por Flick (2013). O estudo adotou uma abordagem de estudo de caso, conforme descrito por Yin (2001), que considera adequada para investigar fenômenos contemporâneos em contextos reais onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos. Isso envolveu observações diretas e entrevistas sistemáticas sem manipular comportamentos relevantes.

A metodologia incluiu tanta pesquisa bibliográfica, para recuperar conhecimento científico acumulado, quanto pesquisa de campo, observando os fatos como ocorrem naturalmente. Gil (1999) descreve que a pesquisa exploratória permite desenvolver, esclarecer e modificar conceitos para formular hipóteses precisas, enquanto a pesquisa descritiva visa descrever características de uma população ou estabelecer relações entre variáveis.

A pesquisa adotou uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa, segundo Lakatos (2008), busca entender os fenômenos pela perspectiva dos participantes sem empregar instrumentos estatísticos. A pesquisa quantitativa, por sua vez, complementa este estudo ao permitir uma análise mais estruturada dos dados coletados.

O método científico empregado foi o indutivo, partindo do específico para o geral para formular leis a partir das observações e experiências (Lakatos, 2008). A pesquisa, portanto, oscilou entre o exploratório, para formular hipóteses, e o descritivo, para detalhar as características e relações observadas.

Quanto à população e amostra, 20 professores do ensino fundamental de uma escola pública em Jacobina foram selecionados para responder a questionários e participar de entrevistas sobre suas experiências com inclusão.



Os procedimentos de coleta de dados incluíram entrevistas, questionários e observação direta, seguidos de análise e interpretação dos dados para avaliar a percepção dos professores sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais. A fase de revisão de literatura e seleção de referenciais teóricos também foi crucial para fundamentar o estudo nas teorias existentes sobre inclusão educacional.

6. RESULTADO E DISCUSSÃO

O desafio da inclusão no ambiente educacional regular se destaca como um ponto central na pesquisa realizada com professores do Colégio Municipal José Prado Alves, em Jacobina-BA. A pesquisa, conduzida através de métodos qualiquantitativos, buscou captar a percepção de professores sobre a inclusão, e o que emerge é um cenário multifacetado, no qual esperança e desafios coexistem.

A maior parte dos educadores, experientes e situados na faixa etária dos 31 aos 49 anos, consideram a inclusão um desafio significativo. Muitos veem a inclusão como gratificante e reconhecem a intenção positiva de integrar os alunos com necessidades especiais. No entanto, enfrentam dificuldades práticas e expressam a necessidade de mais capacitação e apoio institucional para melhorar a qualidade da educação inclusiva.

Os professores realçam a importância da educação inclusiva como um meio para promover o crescimento dos alunos, desenvolver suas personalidades e mitigar as desigualdades. A crença no potencial da inclusão para transformar vidas e avançar na educação é clara, porém a necessidade de novos paradigmas educacionais e estratégias de ensino adequadas é evidente. O respeito à diversidade, conforme expresso pelos



professores, não é apenas um ideal, mas uma necessidade prática para assegurar a qualidade de ensino para todos os alunos.

Em termos de didática, os educadores buscam estratégias flexíveis e adaptáveis que possam atender às necessidades individuais de cada aluno. Mesmo reconhecendo a complexidade de atuar como professor inclusivo, há um consenso sobre a relevância de empregar atividades lúdicas e dinâmicas, como também a necessidade de avaliar cada aluno individualmente para garantir uma experiência educacional significativa.

Quanto às alternativas didáticas que poderiam ser aplicadas, os professores sugerem uma diversificação educacional através de programas de atendimento educacional especializado (AEE), a importância de cursos de aperfeiçoamento e a adoção de metodologias técnicas. Além disso, reconhecem a necessidade de mais investimentos e suporte para facilitar o desenvolvimento dessas práticas inclusivas.

A educação inclusiva é percebida como um esforço coletivo, que exige não apenas a participação de todos os estudantes, mas também a transformação social e cultural. A necessidade de individualizar o ensino para alunos com necessidades especiais é enfatizada, refutando a noção de que todos os alunos devem aprender da mesma maneira ou no mesmo ritmo.

Por fim, a pesquisa indica que o contexto brasileiro atual ainda não está preparado para a inclusão, com professores e instituições enfrentando a ausência de formação continuada, falta de investimentos e a necessidade de adaptar a comunidade escolar para atender adequadamente aos alunos com necessidades especiais. Os professores defendem a inclusão como um direito fundamental e enfatizam que a responsabilidade é compartilhada entre escola, família e sociedade.

Os desafios da educação inclusiva ainda são significativos, com destaque para a escassez de recursos, a falta de professores especializados e o desinteresse de gestores e



governantes. A superação desses obstáculos exige a transformação da cultura e da prática escolar, um processo que vai além das fronteiras da escola, visando a integração e o respeito às diferenças em todos os aspectos da vida social.

A educação inclusiva se apresenta, portanto, como uma causa contínua, um campo de batalha onde a conquista do espaço para a diversidade e a igualdade de oportunidades educacionais demanda esforços constantes e renovados compromissos por parte de todos os envolvidos no processo educacional.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada com vinte professores de uma escola pública do Brasil lança luz sobre a necessidade de uma série de medidas para efetivar a inclusão escolar. Entre elas, destaca-se a importância de abordagens pedagógicas inovadoras e diversificadas, que estimulem o desenvolvimento integral de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências ou limitações. Para os professores, é fundamental ter uma visão progressista e aberta, reconhecendo que a educação inclusiva não apenas beneficia o aprendizado individual, mas também enriquece coletivamente o ambiente escolar.

A Educação Inclusiva é vista não apenas como um direito internacionalmente reconhecido de todas as crianças, mas também como uma estratégia benéfica para a comunidade escolar como um todo. Para que se materialize efetivamente, é imprescindível o comprometimento de toda a sociedade em assegurar a implementação dos direitos educacionais previstos em legislação, muitos dos quais ainda não são plenamente acessíveis.



Para ser considerada verdadeiramente inclusiva, a educação deve respeitar e valorizar a singularidade de cada aluno, adaptando-se às suas necessidades específicas de aprendizagem. Isso implica em oferecer respostas personalizadas e variadas que capacitem os estudantes a superarem obstáculos e a avançarem em seu percurso educativo.

Segundo os fundamentos da Educação Inclusiva, os estudantes com dificuldades devem se beneficiar de métodos de ensino eficazes e apropriados, os quais requerem uma infraestrutura educacional adaptada para atender às suas necessidades autênticas, promovendo seu desenvolvimento integral.

As práticas inclusivas observadas na escola pesquisada mostram que tais abordagens têm um impacto positivo no aprendizado, promovendo uma educação equitativa e eficaz. Os educadores são incentivados a pensar além das quatro paredes da sala de aula, reconsiderando suas estratégias didáticas para incorporar uma visão mais abrangente e gerencial da educação.

Os educadores percebem a inclusão como um desafio atual no contexto educacional brasileiro, e apontam para a necessidade de a escola desenvolver propostas educativas que se alinhem mais estreitamente com as realidades dos alunos inclusos, favorecendo a adaptação e a aprendizagem desses estudantes.

Em conclusão, a inclusão se tornará uma parte integrante do ensino regular somente se for percebida como benéfica para todos os membros da comunidade escolar. Isso acontecerá quando a inclusão for verdadeiramente compreendida e adotada por todos, tornando-se uma prática de troca e partilha de conhecimento, contribuindo para o enriquecimento mútuo entre alunos e professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.** Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: SEESP, 2009.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002. Métodos e técnicas de pesquisa social, v. 6, p. 22-23, 1999.

HONNEF, C.; COSTAS, F. A. T. Formação para a educação especial na denuncia perspectiva inclusiva: o papel das experiências pedagógicas docentes nesse processo. **Revista reflexão e ação**, Santa Cruz do Sul, v.20, n1, p.111-124, jan./jun.2012.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica:** Ciência e conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PIRES, José. **Por uma ética de inclusão.** In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos et al. (Orgs). **Inclusão: compartilhando saberes.** Petrópolis: Vozes, 2006.

PISTINIZI, Bruno Fraga. **O Direito à educação nas constituições brasileiras.** São Paulo, 2010.

SOUZA, Sirlene Brandão de; ROMERO, Rosana Aparecida Silva. **Educação Inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual.** Disponível em: Acesso em: 20 de julho de 2016. <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Maria-de-Fatima-Matos-Ferreira.pdf>

UNESCO. **Orientações para a inclusão: garantindo o acesso à educação para todos.** 2005. Disponível em: http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_43.pdf. Acesso em: 16 jan. 2020.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

YIN, R. K. **estudo de caso, planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido em: 19/02/2024

Aprovado em: 29/03/2024

Publicado em: 22/04/2024